



Instituto de Seguros de Portugal

CONFERÊNCIA COMEMORATIVA DO CENTENÁRIO DA 1.ª LEI DE ACIDENTES DE TRABALHO

Instituto de Seguros de Portugal

Lisboa, 28 de novembro 2013

1. Excelentíssimas senhoras, excelentíssimos senhores, é com enorme satisfação que venho dar início a esta conferência comemorativa dos cem anos do primeiro instrumento legislativo português dedicado aos acidentes de trabalho.

Permitam-me que comece por dirigir um cumprimento e um agradecimento especial aos oradores cuja presença nesta Conferência muito nos honra:

- O Professor Doutor Luís Menezes Leitão, professor catedrático da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, instituição com que o Instituto de Seguros de Portugal tem vindo a desenvolver uma estreita cooperação sendo, para nós, um especial motivo de orgulho; e que nos irá fazer um enquadramento histórico da Lei nº 83, de 24 de julho do ano de 1913;

- Os magistrados Dr. Diogo Ravara, juiz de direito e docente do Centro de Estudos Judiciários, e Dr. Viriato Reis, procurador da República e



Instituto de Seguros de Portugal

também docente do Centro de Estudos Judiciários, que nos irão descrever a evolução recente do regime jurídico de acidentes de trabalho na perspetiva dos aplicadores;

- A Dr.ª Carine Luyckx, da *Autorité des services et marchés financiers*, inspetora do departamento de controle prudencial das companhias de seguros;

- A Dr.ª Conceição Aragão, jurista do Fundo dos Acidentes de Trabalho, que nos descreverá o papel do Fundo de Acidentes de Trabalho (FAT) na proteção das vítimas de acidentes de trabalho.,

Os vossos contributos serão certamente enriquecedores neste aspeto tão importante e fundamental do Direito laboral que são os acidentes de trabalho.

2. A atividade do Instituto de Seguros de Portugal, autoridade a que presido, está focalizada em três vertentes essenciais:

- A vertente regulatória;
- A da supervisão, incluindo a dimensão de *enforcement*; e
- A do relacionamento com os consumidores.

Nesta última vertente, o tema da formação financeira tem vindo a ocupar um lugar de destaque na agenda do ISP, desempenhando um papel fundamental na diminuição das assimetrias de informação entre



Instituto de Seguros de Portugal

os consumidores e os operadores no âmbito da atividade seguradora e de gestão de fundos de pensões. Embora à primeira vista possa não o parecer, há, de facto, uma estreita ligação entre a formação financeira e as atividades de supervisão e regulação, esta última principalmente na dimensão comportamental.

Contudo, a atividade desta autoridade de supervisão não se tem limitado à promoção e colaboração no domínio restrito da literacia financeira, procurando também desenvolver esta vertente na cooperação contínua com diversas entidades cujas atividades de uma forma ou de outra se cruzam com a desta autoridade de supervisão.

Saliento, nesta matéria a estreita ligação que o Instituto de Seguros de Portugal tem tido com diversos estabelecimentos de ensino.

Prova disto é a Conferência a que hoje temos o prazer de assistir. Não só no plano da formação financeira, mas também no da sua atividade de supervisão, parece-me que a colaboração e cooperação do ISP com as mais diversas entidades, desde a academia às autoridades de supervisão congéneres e às autoridades judiciais são essenciais ao melhor desenvolvimento da nossa missão.

3. O tema que hoje nos ocupa são os acidentes de trabalho, mais especificamente o centenário da Lei n.º 83, de 24 de julho de 1913, que consagrou no ordenamento jurídico português a adoção do princípio



do risco profissional em matéria de acidentes de trabalho, estabelecendo pela primeira vez um verdadeiro regime jurídico de reparação dos acidentes de trabalho e substituindo a tradicional fundação da responsabilidade da entidade patronal na culpa aquiliana genericamente consagrada no artigo 2398.º do Código de Seabra, isto é, o Código Civil de 1867.

Esta Lei, amplamente regulamentada nos seus vinte e três anos de vigência, foi substituída pela Lei n.º 1942, de 27 de julho de 1936. Mais tarde, em 1965 o regime jurídico dos acidentes de trabalho foi aperfeiçoado pela Lei n.º 2127, de 3 de agosto, cuja vigência ultrapassou o próprio regime em que se originou, mantendo-se até à entrada em vigor da Lei n.º 100/97, de 13 de setembro, regulamentada pelo Decreto-Lei n.º 143/99, de 30 de abril.

Apesar da previsão de revogação constante do Código do Trabalho de 2003, em virtude da ausência de regulamentação estes diplomas só deixaram de vigorar em 2009, como se sabe, com o atual Regime de Reparação de Acidentes de Trabalho e de Doenças Profissionais, aprovado pela Lei n.º 98/2009, de 4 de setembro, a lei especial a que se referem os artigos 283.º e 284.º do atual Código do Trabalho.

4. Paralela e interligada à evolução histórica da regulamentação dos acidentes de trabalho, encontramos a história da disciplina dos seguros de acidentes de trabalho. Com efeito, apesar de consagrar apenas uma obrigatoriedade indireta, por via do Decreto n.º 182 de 18 de outubro de 1913, a Lei n.º 83 de 24 de julho de 1913 previa já no segundo



Instituto de Seguros de Portugal

parágrafo do seu artigo 3.º a transferência da responsabilidade da entidade patronal para “sociedades mútuas de patrões ou companhias de seguro autorizadas”. Estas companhias de seguros autorizadas eram aquelas que exploravam o ramo de seguros contra doenças e desastres pessoais constituídas nos termos do Decreto de 21 de outubro de 1907, o qual criou também o Conselho de Seguros, o antepassado genético desta instituição a que presido.

Contudo, a obrigatoriedade legal direta do seguro só mais tarde foi consagrada, através da regulamentação implementada pelo Decreto n.º 5637, de 19 de maio, o qual estendeu também o âmbito de aplicação da Lei de 1913, incluindo neste as doenças profissionais. Este sistema manteve-se, apesar de diversas revisões e adaptações, nas subsequentes reformas legislativas, estando hoje previsto no artigo 79.º do Regime de Reparação de Acidentes de Trabalho e de Doenças Profissionais.

5. Gostaria ainda de dedicar umas breves palavras ao Fundo de Acidentes de Acidentes de Trabalho. Trata-se de um fundo público, que funciona junto do Instituto de Seguros de Portugal, dotado de personalidade judiciária e de autonomia administrativa e financeira. Esta entidade desempenha um conjunto de competências fundamentais no âmbito da reparação dos acidentes de trabalho, nomeadamente garantindo o pagamento das prestações que forem devidas por acidentes de trabalho sempre que, por motivo de incapacidade económica objetivamente caracterizada em processo judicial de insolvência ou processo equivalente, ou processo de recuperação e empresa, ou por



Instituto de Seguros de Portugal

motivo de ausência, desaparecimento ou impossibilidade de identificação, não possam ser pagas pela entidade responsável. Também faz parte do espectro de competências do Fundo de Acidentes de Trabalho o pagamento dos prémios do seguro de acidentes de trabalho das empresas que, no âmbito de um processo de recuperação, se encontrem impossibilitadas de o fazer, mediante requerimento apresentado pelo gestor da empresa, bem como o reembolso das empresas de seguros dos montantes relativos às atualizações das pensões devidas por incapacidade permanente igual ou superior a 30% ou por morte, bem como às atualizações da prestação suplementar por assistência de terceira pessoa, derivadas de acidentes de trabalho ou de acidentes em serviço. Compete ainda a esta entidade ressegurar e retroceder os riscos recusados de acidentes de trabalho.

6. Não me querendo resumir apenas a um plano jurídico, cumpre dar destaque à importância social e económica desempenhada pelo seguro de acidentes de trabalho, cuja obrigatoriedade legal visa assegurar aos trabalhadores e seus familiares condições adequadas de reparação dos danos decorrentes de acidentes de trabalho. De facto, o valor dos prémios brutos emitidos em 2012 desta modalidade e apesar do decréscimo tendencial verificado na última década, foi de 485 milhões de euros, representando 14% da quota de mercado nos ramos Não Vida



Instituto de Seguros de Portugal

O montante global dos salários seguros foi, em 2012, de 38,3 mil milhões de euros, tendo sido pago um total de 462 milhões em custos com sinistros.

Creio que estes valores expressam bem a importância económica e social deste seguro no nosso país.

Contudo, como muitos dos senhores administradores aqui presentes bem sabem, na área dos Acidentes de Trabalho, o ano 2012 ficou marcado por um agravamento dos resultados operacionais do negócio de seguro direto, que se apresentaram fortemente negativos.

A explicação para este desempenho negativo ficou a dever-se à redução verificada nos prémios brutos emitidos (-10,1%) e ao substancial aumento dos custos com sinistros (10,7%).

De facto, a taxa de sinistralidade de seguro direto da modalidade Acidentes de Trabalho teve um aumento de 20,9 pontos percentuais face ao ano anterior, situando-se em 111,5% em 2012.

É ainda relevante salientar que este comportamento negativo observado entre 2011 e 2012, no que respeita aos resultados operacionais, não se trata de um caso isolado, quando se considera o conjunto dos últimos anos.

Estes valores atestam a importância que os seguros de acidentes de trabalho têm para o mercado segurador português o que só vem reforçar a necessidade de equilíbrio técnico que esta modalidade deve apresentar.



A consequência do atual contexto de crise económica que originou uma forçada contração da massa salarial, teve a sua quota-parte de responsabilidade nesta exploração deficitária mas as práticas de subscrição e tarifação tecnicamente desajustadas, fruto da forte pressão concorrencial do mercado, também contribuíram, certamente, para o agravamento de tal situação.

Assim torna-se fundamental que os operadores reforcem os princípios da gestão prudente, devendo garantir que as práticas de tarifação são adequadas e tecnicamente sustentáveis, permitindo assim assegurar o necessário equilíbrio técnico em conformidade com os riscos assumidos.

As ações desenvolvidas por esta Autoridade de Supervisão e a resposta obtida por parte das seguradoras, dão-nos a garantia de que este grave problema está a dar os primeiros passos para ultrapassar esta situação deficitária.

7. Uma última palavra para referir a exposição que se encontra no espaço exterior a este auditório e através da qual procuramos salientar os diplomas principais que formataram o atual quadro jurídico de Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais. Em cada um dos painéis que estão expostos foi dada ênfase a um diploma, fazendo o percurso desde a Lei 83, de 24 de julho de 1913, cujo centenário estamos a celebrar, até à Lei n.º 98/2009, atualmente em vigor.



Instituto de Seguros de Portugal

Julgamos que seria também interessante mostrar uma pequena parte do espólio histórico tanto do Instituto de Seguros de Portugal como dos próprios operadores. Por isso, nas vitrines da exposição poderão também apreciar documentos originais com grande interesse para a história dos seguros em Portugal, nomeadamente os documentos referentes ao processo de constituição e de autorização da Mundial e da Mutual, duas das primeiras Companhias a atuar nesta área dos Acidentes de Trabalho em Portugal.

Quero desde já agradecer a todos os operadores que colaboraram connosco e se disponibilizaram a ceder-nos o acesso ao seu arquivo histórico e que assim contribuíram para a organização desta exposição que, estou certo, se revelará particularmente interessante para os alunos das diversas escolas que nos visitam com grande frequência.

8. Por último, com esta plateia, não vou perder a oportunidade de vos falar, ainda que muito rapidamente sobre Solvência II. No passado dia 13, o Parlamento Europeu, por proposta da Comissão, fixou a data de implementação da SII para 1 de janeiro de 2016.

Esta terá um efeito positivo no setor, garantindo as melhores práticas de gestão de riscos, gerando uma maior confiança nos tomadores, segurados e terceiros.

9. Termino dirigindo-me de novo aos oradores e aos presentes agradecendo em meu nome e do Instituto de Seguros de Portugal a



Instituto de Seguros de Portugal

vossa colaboração nesta conferência, a qual será certamente um momento de reflexão privilegiado sobre este tema fundamental tanto no universo jurídico como no da atividade seguradora.

Muito obrigado....